

do TRE-RN, que constam no Anexo III desta Resolução e estarão disponíveis para consulta na página oficial do Tribunal na internet, vedando-se o uso de telefones celulares pessoais de magistrados e servidores.

§ 1º Os números de telefone institucionais de *WhatsApp Messenger*, ou outro aplicativo que o substitua, serão identificados com a logomarca do TRE-RN e salvos sob a designação "XXª Zona Eleitoral/RN" ou "Secretaria do TRE-RN".

§ 2º A modificação do aplicativo de mensagem instantânea, ou do endereço de e-mail, utilizados pelas Zonas Eleitorais ou Secretaria do TRE-RN para a realização de comunicações eletrônicas será informada em sua página oficial na internet, com antecedência mínima de 2 (dois) dias ao início do seu uso.

§ 3º No caso de indisponibilidade do aplicativo *WhatsApp Messenger* ou do sistema corporativo de e-mail do TRE-RN, as comunicações eletrônicas serão efetuadas, em caso de urgência, por meio de plataforma de mensagem instantânea ou endereço de e-mail alternativos, a serem oportunamente divulgados no sítio oficial do TRE-RN na internet.

Art. 13 O envio de comunicações eletrônicas será efetivado em dias úteis, durante o horário de expediente de cada Zona Eleitoral e da Secretaria do TRE-RN, excepcionadas as hipóteses em que possam ser cumpridas em horário diverso por força de determinação legal ou judicial.

Art. 14 Nos processos judiciais cíveis e administrativos, que tramitam na forma eletrônica ou física perante a primeira e a segunda instâncias, as intimações e notificações pessoais, que não tiverem sido efetivadas pelos meios eletrônicos previstos nesta Resolução, poderão ser realizadas, em caso de urgência, por meio de ligação telefônica ao destinatário, utilizando-se os números informados no Termo de Adesão, se houver, ou os números registrados nos bancos de dados cadastrais da Justiça Eleitoral, desde que haja autorização expressa da autoridade competente, devendo-se, ainda, certificar o procedimento nos autos respectivos.

### TÍTULO III

#### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 15 Fica mantida a contagem de prazo no Processo Administrativo Eletrônico no âmbito da Justiça Eleitoral do Rio Grande do Norte, nos termos do que dispõem os arts. 15 e 16 da Resolução TRE/RN nº 21/2009.

Art. 16 Na interpretação desta Resolução serão observados os princípios da celeridade, da economia processual e do aproveitamento dos atos processuais, respeitando-se o exercício da ampla defesa e do contraditório.

Art. 17 Antes de vigência deverá ser dada ampla divulgação desta norma, mediante avisos publicados na mídia e em publicações semanais no Diário da Justiça Eletrônico.

Parágrafo único. A Secretaria Judiciária e os Cartórios Eleitorais deverão comunicar, mediante expedição de ofício, aos diretórios regionais e municipais dos partidos políticos acerca do teor da presente norma.

Art. 18 Os casos omissos serão resolvidos pela Presidência e pela Corregedoria Regional Eleitoral.

Art. 19 Essa norma não se aplica ao período eleitoral, devendo ser editada norma específica oportunamente.

Art. 20 Esta resolução entra em vigor após 60 dias da data de sua publicação.

Sala das Sessões do Tribunal Regional Eleitoral, em Natal/RN, 01 de fevereiro de 2022.

Desembargador Gilson Barbosa

Presidente

## **RESOLUÇÃO Nº 70, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2022**

Altera as Resoluções nº 5 e nº 15/2020 do Tribunal Regional Eleitoral.

O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso das suas atribuições legais e regimentais, e

Considerando a necessidade de adequação das normas internas deste Tribunal Eleitoral ao prescrito na Resolução CNJ nº 354/2020, tanto no aspecto da terminologia quanto no aspecto da previsão dos institutos,

Considerando o que consta no PAE n.º 11256/2020, bem assim o constante no Processo Administrativo n.º. 0600267-24.2021.6.20.0000 - PJE;

RESOLVE:

Art. 1º. Os arts. 1º, 2º, 4º, 8º, 22 e 23 da Resolução TRE-RN nº 15/2020 passam a vigor com a seguinte redação:

*Art. 1º Disciplinar a realização de audiências por videoconferência e telepresenciais no âmbito da Justiça Eleitoral do Rio Grande do Norte.*

*Art. 1º-A Para fins desta Resolução, entende-se por:*

*I - videoconferência: comunicação a distância realizada em ambientes de unidades judiciárias; e*

*II - telepresenciais: as audiências e sessões realizadas a partir de ambiente físico externo às unidades judiciárias.*

*Art. 2º As audiências cíveis poderão ser realizadas por videoconferência e de forma telepresencial, mediante decisão devidamente fundamentada do Juiz Eleitoral.*

*§1º As audiências por videoconferência e telepresenciais possuem valor jurídico equivalente ao dos atos presenciais, assegurada a publicidade e as prerrogativas processuais.*

*§2º Os procedimentos das audiências por videoconferência e telepresenciais, observadas as condicionantes técnico-informáticas, serão idênticos aos das sessões presenciais, observando-se o disposto na legislação processual, especialmente quanto aos seguintes aspectos:*

*(...)*

*Art. 4º As audiências por videoconferência e telepresenciais serão realizadas por meio de Plataforma Eletrônica a ser indicada no ato de citação, intimação ou notificação e a gravação audiovisual do conteúdo da videoconferência será armazenada na zona eleitoral, ficando disponível às*

*partes, aos advogados, ao promotor eleitoral, ao defensor público ou aos interessados.*

*Art. 8º-A A audiência telepresencial e a participação por videoconferência em audiência ou sessão observará as seguintes regras:*

*I - as oitivas telepresenciais ou por videoconferência serão equiparadas às presenciais para todos os fins legais, asseguradas a publicidade dos atos praticados e as prerrogativas processuais de advogados, membros do Ministério Público, defensores públicos, partes e testemunhas;*

*II - as testemunhas serão inquiridas cada uma de per si, de modo que umas não saibam nem ouçam os depoimentos umas das outras;*

*III - quando a testemunha manifestar desejo de depor sem a presença de uma das partes do processo, na forma da legislação pertinente, a imagem poderá ser desfocada, desviada ou inabilitada, sem prejuízo da possibilidade de transferência para lobby ou ambiente virtual similar;*

*IV - as oitivas telepresenciais ou por videoconferência serão gravadas, devendo o arquivo audiovisual ser juntado aos autos ou disponibilizado em repositório oficial de mídias indicado pelo tribunal;*

*V- a publicidade será assegurada, ressalvados os casos de segredo de justiça, por meio hábil que possibilite o acompanhamento por terceiros estranhos ao feito, ainda que mediante a exigência de prévio cadastro;*

*VI - a participação em audiência telepresencial ou por videoconferência exige que as partes e demais participantes sigam a mesma liturgia dos atos processuais presenciais, inclusive quanto às vestimentas; e*

*VII - a critério do juiz e em decisão fundamentada, poderão ser repetidos os atos processuais dos quais as partes, as testemunhas ou os advogados não tenham conseguido participar em virtude de obstáculos de natureza técnica, desde que devidamente justificados.*

*Art. 22. As dúvidas e omissões serão dirimidas pela Presidência do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte, que observará a legislação pertinente à matéria, inclusive o teor da Resolução CNJ nº 354, de 19 de maio de 2020, e eventuais alterações posteriores.*

*Art. 23 (renumeração). Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.*

*Art. 3º. Os arts. 1º e 6º da Resolução TRE-RN nº 5/2020 passam a vigor com a seguinte redação:*

*Art. 1º Esta Resolução disciplina a realização de sessões de julgamento por videoconferência e telepresenciais no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte (TRERN).*

*Art. 1º-A Para fins desta Resolução, entende-se por:*

*I - videoconferência: comunicação a distância realizada em ambientes de unidades judiciárias; e*

*II - telepresenciais: as audiências e sessões realizadas a partir de ambiente físico externo às unidades judiciárias.*

*Art. 6º Os casos omissos serão resolvidos pela Presidência do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte, que observará a legislação pertinente à matéria, inclusive o teor da Resolução CNJ nº 354, de 19 de maio de 2020, e eventuais alterações posteriores.*

Sala das Sessões do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte, em Natal/RN, 01 de fevereiro de 2022.

Desembargador Gilson Barbosa de Albuquerque

Presidente

## **GABINETE DO DESEMBARGADOR CLÁUDIO MANOEL DE AMORIM SANTOS**

### **DECISÕES E DESPACHOS**

#### **PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL(12377) Nº 0600191-34.2020.6.20.0000**

PROCESSO : 0600191-34.2020.6.20.0000 PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL (Natal - RN)

**RELATOR** : Relatoria Vice-Presidência

FISCAL DA LEI : PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL / RN

REQUERENTE : EZEQUIEL GALVAO FERREIRA DE SOUZA

ADVOGADO : DONNIE ALLISON DOS SANTOS MORAIS (7215/RN)

REQUERENTE : PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA - PSDB - REGIONAL (RN)

ADVOGADO : DONNIE ALLISON DOS SANTOS MORAIS (7215/RN)

ADVOGADO : RAIMUNDO RAFAEL DE PAIVA RODRIGUES (14454/RN)

REQUERENTE : RICARDO LUIZ MEDEIROS DA FONSECA

ADVOGADO : DONNIE ALLISON DOS SANTOS MORAIS (7215/RN)

RECURSO ESPECIAL NA PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL Nº 0600191-34.2020.6.20.0000

RECORRENTE: PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA - PSDB - REGIONAL (RN)